

RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.721 - MG (2018/0079755-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : IVONNE SALAMENE FARAH
ADVOGADO : SÉRGIO GONTIJO MACHADO E OUTRO(S) - MG031721
RECORRIDO : BLINNER JOIAS E RELOGIOS LIMITADA - ME
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO BOSON SANTOS E OUTRO(S) - MG039871
CAIO MARCIO LOPES BOSON - MG031238

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por IVONE SALAMENE FARAH com fundamento nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 467):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL APELAÇÃO CÍVEL - LOCAÇÃO COMERCIAL - AÇÃO RENOVATÓRIA - REQUISITOS - ARTIGO 51 DA LEI N.º 8.245/91 - ATENDIMENTO - CONTESTAÇÃO, DA RÉ, FUNDADA EM ALEGADO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL - FALTA DE PAGAMENTO DE ALUGUERES NO PRAZO AVENÇADO - NÃO CONFIGURAÇÃO - PAGAMENTO DE ALUGUERES, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO CONTRATO, POR MEIO DE CHEQUE EMITIDO POR TERCEIRO - NÃO COMPENSAÇÃO, POR FALTA DE FUNDOS - POSTERIOR RECUSA DE RECEBIMENTO, PELA ADMINISTRADORA, DO VALOR DA OBRIGAÇÃO, OFERECIDO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL - CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, EM TEMPO HÁBIL, POR MEIO DE AÇÃO CONSIGNATÓRIA EM PAGAMENTO JULGADA PROCEDENTE - INADIMPLEMENTO - NÃO CONFIGURAÇÃO - MERA SITUAÇÃO DE MORA, IMEDIATAMENTE PURGADA - ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE FINANCEIRA DE FIADOR - NÃO DEMONSTRAÇÃO - CERTIDÕES COMPROBATÓRIAS DE ATOS DE COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL CONTRA ELE - INSUFICIÊNCIA - DIREITO DE RENOVAÇÃO DO VÍNCULO - CONFIGURAÇÃO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 504-512).

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 515-531), sustenta a parte recorrente a existência de violação aos seguintes dispositivos:

a) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que a Corte de origem não sanou omissões supostamente perpetradas pelo acórdão embargado, mesmo diante da oposição dos embargos declaratórios, o que teria configurado negativa de prestação jurisdicional;

b) arts. 51, I, II e III e § 5º, 71, 72, § 4º e 73 da Lei n. 8.245/91 e arts. 373 e

434 do Código de Processo Civil de 2015, alegando que a renovação do novo contrato deve se iniciar na imediata seqüência do anterior, e que a decisão do Tribunal de ter postergado a data de início da prorrogação do contrato o trânsito em julgado importa na suspensão do prazo decadencial para a propositura da nova ação renovatória;

c) arts. 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015, alegando a ocorrência de julgamento *extra petita*, porquanto a recorrida não teria pleiteado a renovação do contrato de locação;

d) arts. 5º, XXXVI, LIV e LV e 93, IX da Constituição Federal.

Aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 538-542 (e-STJ).

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 554-555 (e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **merece prosperar** no que diz respeito à aventada **negativa de prestação jurisdicional**.

1. Quanto à ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Novo Código de Processo Civil, calcada no fato de o Tribunal de origem, não obstante a existência de omissão no acórdão, ter rejeitado os embargos de declaração, razão assiste à recorrente, conforme será exposto.

Com efeito, a recorrente requereu, em sede de embargos de declaração, que a Corte de origem se pronunciasse sobre (i) a necessidade de o autor da ação renovatória ajuizar nova demanda quando o processo judicial se estender além do prazo contratual, bem como sobre (ii) a suspensão do prazo decadencial para a propositura da nova ação renovatória quando o Tribunal determinou que o novo contrato teria vigência somente a partir da data do trânsito em julgado do acórdão.

Contudo, da leitura do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela ora recorrente, verifica-se que, de fato, tal questão suscitada nos aclaratórios não foi devidamente analisada pelo Tribunal de piso.

Esta Corte tem entendimento no sentido de que deve ser acolhida a preliminar de ofensa ao artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, quando houver deficiência na prestação jurisdicional realizada na origem, em razão de omissão a respeito de pontos relevantes para o deslinde do feito.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. Os embargos declaratórios são cabíveis para a modificação do julgado que se apresenta omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar eventual erro material no julgado. [...] 3. Havendo deficiência na prestação jurisdicional realizada no Tribunal de origem, é de acolher a preliminar de violação do art. 535 do CPC para determinar o retorno dos autos para que sejam sanadas as omissões apontadas. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao recurso especial de SCHAEFFLER BRASIL LTDA., e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se manifeste sobre a matéria

Superior Tribunal de Justiça

articulada nos embargos de declaração. (EDcl no AgRg no REsp 1462226/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 24/10/2014) [grifou-se]

Desta forma, considerando que as referidas teses foram postas à apreciação do Tribunal *a quo*, sem que houvesse, contudo, quando do julgamento dos embargos declaratórios, pronunciamento judicial a respeito, devem ser devolvidos os autos ao Tribunal de origem a fim de que profira novo julgamento, sanando a omissão apontada.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão que julgou os embargos de declaração (fls. 504-512, e-STJ) e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem a fim de que profira novo julgamento, com enfrentamento dos pontos tidos por omissos.

Julgo prejudicadas as demais questões ventiladas no recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator